



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

**Parecer de Controle Interno**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2024/PMX**

**REQUERENTE: COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**ASSUNTO:** PREGÃO ELETRÔNICO - SRP nº 038/2024/SEMEC, cumprimento de exigências legais no procedimento de licitação.

**Introdução**

Este parecer visa analisar a conformidade do Processo Licitatório nº 067/2024/PMX, à luz da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que rege as contratações públicas no Brasil. A análise será pautada nos requisitos e princípios estabelecidos pela legislação vigente, com o objetivo de verificar o cumprimento integral das normas, garantindo transparência, isonomia e eficiência no uso dos recursos públicos.

**Das disposições iniciais**

Considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, assim como a Resolução TCM/PA nº 7739/2005/TCM/PA, em especial o art. 1º, parágrafo único, e com fulcro na Lei Complementar nº 101/2000, art. 59, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades da Prefeitura, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão, e visando a comunicar o Administrador Público, expedimos o parecer a seguir:

Para exame e parecer desta Unidade de Controle Interno, a Comissão de Licitação remeteu o Processo Licitatório acima identificado, versando sobre licitação pública na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP** para registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CAMISAS PARA SEREM UTILIZADAS PELA EQUIPE ENVOLVIDA NA ORGANIZAÇÃO E APOIO DOS JOGOS POLIESPORTIVOS ESTUDANTIS DE XINGUARA – XXVII- JOPESX 2024, DESTE MUNICÍPIO DE XINGUARA - PARÁ.

**Da análise**

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021;

Os autos do processo em análise foram paginados, sendo que a devida numeração das páginas serve para situar todos os documentos catalogados no processo.



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou o que segue:

- a) O procedimento licitatório foi devidamente autuado;
- b) Houve documento de formalização da demanda (DFD) com justificativa de necessidade da contratação de diversos órgãos e departamentos, conforme (fls.03-08);
- c) Há comprovação de dotação orçamentária ou planilha orçamentária (fl. 24);
- d) Houve a realização de Estudo Técnico Preliminar (ETP) (fls. 09-14);
- e) Existe Comissão Permanente de Licitação designada na forma da lei (fls. 32-33);
- f) Consta Parecer Jurídico (fls.102-106);
- g) O edital está devidamente publicado (174-188);
- h) Os documentos de habilitação foram apresentados devidamente nos termos do Ato Convocatório;
- i) Foi anexado declaração da empresa que não emprega menor de idade;
- j) Consta as devidas documentações das empresas participantes do certame, bem como a Ata de Propostas, Ata Parcial, Ata Final;
- k) A ata relata todas as ocorrências do certame e estão assinadas pelo presidente da CPL e membros (fls.411-419);
- l) Constam impugnações e recursos devidamente analisados e julgados;
- m) Consta Parecer Jurídico análise do certame (fls.422-423);
- n) Existe termo de Adjudicação ao vencedor do certame (fls. 420);
- o) Há termo de Homologação assinado pela autoridade competente (fls. 424);

**Das considerações sobre a análise do processo**

Após análise dos documentos do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 038/2024/SEMEC, verifica-se que todos os requisitos legais e normativos foram devidamente cumpridos:

- i) O processo seguiu os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- ii) O Termo de Referência foi adequadamente estruturado e atendeu às exigências da legislação;
- iii) A modalidade licitatória e o critério de julgamento foram escolhidos de forma compatível com o objeto e valor da contratação;
- iv) A fase de habilitação seguiu as regras legais, garantindo a qualificação dos participantes;
- v) Foram previstos mecanismos de gestão e fiscalização do contrato, assegurando o controle adequado da execução contratual.



**Estado do Pará**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**  
**Controladoria-Geral do Município**

**Conclusão**

Conclui-se que o Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº 038/2024/SEMEC está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, não havendo irregularidades ou impropriedades que comprometam sua legalidade.

Diante do exposto, opinamos pela continuidade do certame e formalização do contrato, observadas as disposições contratuais previstas.

Por fim, ressalto que a opinião supra não elide e nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desta controladoria.

É o parecer, s.m.j.

Xinguara - PA, 04 de novembro de 2024.

---

**Wennis dos Santos Solano**  
*Controlador-Geral do Município*  
*Decreto 012/2021*